



Deputado Único Representante do Partido LIVRE

### **Projeto de Resolução n.º 5/XV/1.ª**

#### **Recomenda ao Governo a criação do Programa 3C - Casa, conforto e clima - para combater a pobreza energética e o desconforto térmico no país, de forma sustentável e comportável, contribuindo para a luta contra as alterações climáticas**

Uma das características mais reconhecidas de Portugal é o seu clima temperado. Apesar disso, muitos dos nossos concidadãos passam frio no inverno e calor no verão tanto dentro de suas casas como nos seus locais de trabalho. Portugal é um dos países da União Europeia onde este problema afeta mais pessoas e com maior gravidade. Mesmo tendo em conta a evolução positiva dos últimos anos, Portugal continua a ser um dos países onde mais pessoas declaram não ter condições financeiras para aquecer as suas casas adequadamente: segundo o Eurostat, em 2020 17,5% dos portugueses encontrava-se ainda nesta situação, enquanto que a estimativa para média da população dos países da União Europeia que se encontra na mesma situação é de apenas 8,2%, menos de metade.

Entre as características da construção em Portugal que contribuem para este problema conta-se a grande prevalência de casas mal isoladas, o que aumenta a dificuldade de aquecimento das casas no inverno e o seu arrefecimento no verão, ficando as famílias muito mais expostas às variações das temperaturas e das condições climatéricas em geral, condição essa que tem um impacto agravado no contexto de emergência ecológica e climática que vivemos.

Para a União Europeia, o aquecimento das casas constitui um indicador básico para aferir o bem-estar geral das famílias, sendo que, na maioria das habitações existentes nos estados-membros da UE existem equipamentos de aquecimento central, enquanto que em Portugal, em 2012, o número de habitações com este tipo de aquecimento era apenas de 13,3%.

Existem várias causas para estes índices tão elevados de pobreza energética no nosso país. Em primeiro lugar, os baixos rendimentos auferidos pela maioria das famílias no nosso país têm uma óbvia relação direta com a escolha de não equipar habitações com mecanismos eficazes de aquecimento das casas no inverno, já que estes equipamentos são caros, em particular se tivermos em conta o poder de compra da família mediana em Portugal.

Mas a qualidade das políticas públicas nesta matéria é também um dos fatores a ter em conta num diagnóstico a este problema — bem como nas possíveis soluções para ele. Relembre-se, a esse propósito, o facto de apenas em 1990 ter sido publicada a primeira legislação que regulamenta as condições térmicas dos edifícios, o que faz com que a maioria do edificado existente no nosso país tenha sido construído antes destas normas entrarem em vigor e, portanto, tenha, regra geral, pior isolamento e menos eficiência energética que edifícios construídos noutros países da União Europeia, onde este tipo de legislação existe, em muitos casos, desde as décadas de 50 e 60 do século passado.

São muitas as consequências da pobreza energética que assola as habitações e locais de trabalho em Portugal e afetam mais domínios da vida quotidiana dos portugueses do que aqueles que possa parecer à primeira vista. O impacto da pobreza energética faz-se sentir de forma muito clara e quantificável no Serviço Nacional de Saúde. A exposição prolongada ao frio faz com que exista uma maior vulnerabilidade a doenças sazonais que levam os portugueses a procurar cuidados hospitalares em maior número e com maior frequência. No extremo, a pobreza energética mata. Em 2018 o INSA [Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge] detetou 397 mortes atribuíveis a baixas temperaturas. A tentar aquecer as suas casas recorrendo a métodos não convencionais e não seguros, como grelhadores de sardinhas, já perderam a vida pelo menos seis pessoas este ano em Portugal. Estes são alguns dos números que se conhecem mas a pobreza energética já fez muitas mais vítimas invisíveis em Portugal. Há aqui uma tragédia recorrente e silenciosa, longe de uma adequada consciencialização pública, que urge corrigir e por fim erradicar.

A pobreza energética afeta também a produtividade do país. Locais de trabalho indevidamente isolados e sem condições de conforto térmico resultam em menor capacidade produtiva dos seus trabalhadores já que estes ficam sujeitos a todas as consequências de saúde negativas provocadas tanto pelo frio como pelo calor em excesso, resultando, potencialmente, em menos dias de trabalho prestados por ano.

Por tudo isto, o LIVRE considera que é urgente reduzir ao máximo a pobreza energética e o desconforto térmico dentro das nossas casas e locais de trabalho.

Em 2020 e 2021, o Fundo Ambiental disponibilizou 9,5 milhões de euros no âmbito do Programa de Apoio "Edifícios mais Sustentáveis", lançado no quadro das medidas de dinamização económica previstas pelo Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) na sequência dos impactos pandemia causada pela doença COVID-19. Estes apoios previam taxas de financiamento de 70% do investimento. O interesse da sociedade portuguesa neste tipo de apoio ficou evidente através do elevado número de candidaturas recebidas. De junho de 2021 até ao momento, foram também já disponibilizados 60 milhões de euros para apoiar o investimento em medidas de eficiência energética em edifícios residenciais, no contexto da segunda fase do programa referido, desta vez mobilizados através da Componente 13 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com taxas de financiamento de 85%.

No âmbito da mesma Componente 13, um montante de 26 milhões de euros, aos quais se somaram 5,98 milhões de euros do Fundo Ambiental, foram alocados ao Programa "Vale Eficiência", com o objectivo de entregar 100 mil "vales eficiência" a famílias economicamente vulneráveis até 2025.

O PRR oferece uma oportunidade única para fazer este investimento no bem-estar, na qualidade de vida, no conforto, na saúde e na produtividade dos portugueses, ajudando no combate às alterações climáticas em simultâneo.

No PRR estão ainda previstos outros 240 milhões de euros para investimentos desta natureza, em edifícios residenciais. Adicionalmente, o excedente do PRR que o Governo espera vir a receber, decorrente do novo cálculo das subvenções a atribuir a cada Estado-membro, está estimado em cerca de 1 500 milhões de euros, um valor que, no entender do LIVRE, deveria maioritariamente ser alocado ao apoio a disponibilizar para o investimento das famílias portuguesas em todas as tipologias já previstas no Programa de Apoio "Edifícios mais Sustentáveis", nomeadamente para a instalação de janelas eficientes, isolamento térmico, sistemas de aquecimento e/ou arrefecimento, painéis fotovoltaicos, equipamentos que permitam aumentar a eficiência hídrica, e incorporação de biomateriais, materiais reciclados, soluções de base natural, fachadas e coberturas verdes e soluções de arquitectura bioclimática.

As taxas de apoio oferecidas até ao momento - 70% e 85% - permitiram mobilizar um número considerável de candidaturas, apresentadas por dezenas de milhares de cidadãos. Contudo, o LIVRE tem consciência de que o investimento pessoal em 15% ou 30% do valor é o suficiente para inviabilizar a candidatura de muitos outros cidadãos - frequentemente daqueles que mais necessitam desse apoio e de mais conforto térmico. Os "vales eficiência" não serão também, em muitos casos, suficientes para cobrir as necessidades de investimento de muitas famílias economicamente vulneráveis.

O LIVRE entende que é possível ir muito mais longe e criar um incentivo adicional à melhoria do conforto térmico nas nossas casas e locais de trabalho. É possível subsidiar todas estas operações em mais do que o valor do seu custo, através dos fundos do PRR e de um crédito fiscal, numa proporção de 100% para os primeiros e 10% para o segundo, criando assim um incentivo adicional para dinamizar um setor económico e que os cidadãos se mobilizem na melhoria do nosso conforto térmico coletivo, bem como no combate às alterações climáticas, já que esta transição permitirá baixar a fatura da energia em geral e recorrer a fontes de energia menos poluentes em particular.

Chamamos a este o Programa 3C — Casa, Conforto e Clima. A sua criação permitirá combater a pobreza energética, aliviar a pressão sobre o SNS, modernizar substancialmente o nosso edificado e configura mais um contributo para o combate às alterações climáticas. O Programa 3C — Casa, Conforto e Clima — é também relevante para um quarto C, o da carteira, ou seja, da comportabilidade financeira para os portugueses pois, pela sua abrangência, tem também o potencial de diminuir os custos na fatura energética dos domicílios e das empresas, e também de reduzir substancialmente a carga burocrática existente neste tipo de apoios. Ao ser aberto a

qualquer pessoa, família ou empresa e subsidiado na sua totalidade, a grande maioria dos constrangimentos burocráticos cai por terra.

Para além da redução da carga burocrática, é fundamental assegurar que as candidaturas que irão beneficiar os mais economicamente vulneráveis, venham de facto a existir. Para tal, o apoio técnico necessário e proativo para mobilizar essas candidaturas deverá ser disponibilizado.

Numa altura em que vivemos uma crise energética aguda em simultâneo com a emergência ecológica que temos de enfrentar, o LIVRE entende que este é o momento certo para avançar com medidas abrangentes, de longo-prazo, que ajudem os nossos concidadãos e o planeta.

**Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:**

1 - Utilize o remanescente a disponibilizar através da Componente 13 do PRR, bem como o excedente do novo cálculo das subvenções do PRR para criar O PROGRAMA 3C - CASA, CONFORTO E CLIMA - uma nova fase para o Programa de Apoio "Edifícios mais Sustentáveis", através da qual sejam financiados em 100% todos os investimentos aprovados, até aos 100.000 euros.

2 - Estude a criação de um crédito fiscal a atribuir a todos os aderentes ao programa de 10% do valor dispendido.

3 - Implemente, através da optimização do e-Balcão, um serviço de preparação de candidaturas ao Programa de Apoio "Edifícios mais Sustentáveis" que antecipe necessidades identificadas junto de cidadãos economicamente vulneráveis, não mobilizados à partida por iniciativa própria.

Assembleia da República, 29 de março de 2022.

**O Deputado**

**Rui Tavares**